

“Temos de ter pressa”

A recém-empossada vice-presidente do Supremo diz que o Estado é alvo de insatisfações porque é devedor e que o Judiciário tem de acompanhar o ritmo de exigência da sociedade

A mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha assumiu no último dia 10 a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal, corte que integra há oito anos. Tomou posse ao lado do ministro Ricardo Lewandowski, que assumiu a presidência em substituição a Joaquim Barbosa. De perfil discreto — manteve distância de todas as discussões mais acaloradas travadas por seus colegas durante o julgamento do mensalão —, votou a favor do aborto de fetos anencéfalos, da união civil homossexual e da Lei da Ficha Limpa. De 2012 a novembro do ano passado, foi também a primeira mulher a comandar o Tribunal Superior Eleitoral. Solteira, ela mora sozinha em um apartamento em Brasília, onde faz questão de não ter empregados (cozinha a própria comida e serve ela mesma as visitas) e concedeu a VEJA sua primeira entrevista nos últimos dois anos.

O julgamento do mensalão foi um divisor de águas para o STF e seus magistrados, que tiveram uma grande exposição durante o processo. Em que medida isso afetou a instituição? O que acontece conosco hoje é algo que acontece a um juiz desde sempre, especialmente nas pequenas localidades. Tenho um amigo que foi juiz no interior e é fumante. Ele diz que, se fosse comprar fósforos no bar às 10 da manhã, à tarde já haveria um movimento na cidade para tirá-lo do cargo porque ele tinha sido visto mais cedo num bar. O juiz é uma autoridade conhecida, especialmente nas cidades pequenas. Então, a novidade é que essa vigilância agora se estendeu aos tribunais superiores. Trata-se de um processo natural das democracias amadurecidas. Quem exerce um cargo do Estado há que ser alguém que o cidadão saiba quem é.

Mas nos Estados Unidos, por exemplo, a exposição dos magistrados da

“O Brasil tem um Judiciário artesanal para uma sociedade de massa”



CRISTIANO MARIZ

“Tenho muita fé em que os cidadãos vão entender com clareza cada vez maior que qualquer condenação que ultrapasse o direito é vingança, não justiça. E vingança se tem na barbárie, não na civilização”

Suprema Corte é bem menor. Aqui, a senhora é parada na rua... Sim. Durante o julgamento do mensalão, muitos me paravam, inclusive para dizer coisas como: “Cármem, aquele ministro lá não gosta de você, tome cuidado”. Achavam que, porque discutíamos, vivíamos às turras. A TV potencializa uma ou outra fala, uma discussão ali na hora, mas depois vamos para a sala de lanches, contando casos, e tudo volta ao normal.

A transmissão dos julgamentos pela TV foi outro marco na história do tribunal. A senhora é favorável a ela?

A TV Justiça não apenas fez com que a comunidade jurídica como um todo pudesse assistir aos julgamentos — do STF e do TSE também —, como permitiu que o vereador ou candidato a vereador do interior do norte de Minas ou do Nordeste pudesse acompanhar o julgamento dele. Foi uma mudança muito grande, realmente. As pessoas passaram a fazer comentários sobre o voto. Os julgamentos da interrupção de gravidez de feto anencéfalo e da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, por exemplo, tiveram ampla cobertura da imprensa. O ápice desse processo veio com o julgamento da ação penal 470. Uma ação penal, numa cidade do interior, é sempre motivo de muita conversa. Só que, desta vez, isso aconteceu nacionalmente.

As transmissões também deram margem a críticas da parte de quem viu no uso da linguagem jurídica pelos magistrados um obstáculo para a aproximação do tribunal com o cidadão. Qualquer um de nós, servidores públicos, é um servidor do povo e, portanto, tem de falar com o povo. No caso dos juízes, a linguagem pode mesmo ser um obstáculo. Eu senti isso mais até quando presidi o TSE. Julgava “embate com efeitos infringentes para alteração nos termos da lei número tal inciso tal” e o vereador de uma cidade lá do interior telefonava e perguntava: “Ministra, eu ganhei ou perdi?”. Mas, como digo, ocorre conosco o milagre da transubstancia-

ção jurídica — ou seja, uma palavra nossa torna-se parte da vida de uma pessoa. A palavra prisão, por exemplo, é só uma palavra. Mas, neste momento, vários juízes estão dando suas sentenças, e a palavra prisão passará a ser a vida de algumas pessoas nos próximos dez anos. Temos de ter cuidado para que o outro saiba o que significa cada palavra que usamos e por que estão sendo ditas, pois nós não somos livres para decidir.

Como assim? O que existe é o fato e sua comprovação no processo. Nosso papel é ver que lei se aplica à situação. Não há liberdade nisso. É preciso deixar qualquer paixão na geladeira e ir ao tribunal com toda a compaixão do mundo. E separar a paixão da compaixão é um exercício que eu só aprendi na última década (antes de integrar o STF, ela foi procuradora-geral do Estado de Minas). Aquilo que eu quero ou de que gosto não está em pauta.

A senhora condenou o ex-ministro José Dirceu por corrupção, mas, como a maioria de seus colegas, absolveu-o da acusação de formação de quadrilha. Em boa parte por isso, ele deve sair da cadeia já no mês que

vem. O que diria às pessoas que veem nessa liberação uma prova de que poderosos vão para a cadeia mas não ficam muito tempo lá? A explicação tem de ser dada pelo próprio direito, que existe para punir quem tenha sido condenado, não para promover vinganças segundo conveniências pessoais. Tenho muita fé em que os cidadãos vão entender cada vez com mais clareza que qualquer condenação que ultrapasse o direito é vingança, não justiça. E vingança se tem na barbárie, não na civilização. Se ele cumprir sua pena, terá pago seu débito para com a sociedade.

Qual é o maior desafio do Judiciário brasileiro hoje? Temos de ter a mesma pressa da sociedade. Não devemos andar nem tão depressa a ponto de irmos na frente nem tão devagar de forma a ficar para trás. Temos de saber qual o ritmo de exigência da sociedade e como, dentro da lei, promoveremos a reinvenção do Estado, que é a palavra a ser pregada. É preciso uma reinvenção institucional para dar uma resposta eficaz ao cidadão que nos põe lá para que se faça o que é preciso ser feito. O Estado brasileiro é devedor e, sendo devedor, cada vez mais vira alvo de insatisfações. A vida é tão passageira que digo que meu lema é felicidade já, justiça já. Ninguém está com paciência de esperar. O cidadão trabalha e quer ter educação, saúde e justiça rápida, não aceita mais essa realidade que lhe é oferecida. Desconhece, porém, o que leva à demora nas decisões.

E o que leva a essa demora nas decisões? Temos um Judiciário artesanal para uma sociedade de massa. Depois da Constituição de 1988, o brasileiro passou a buscar o seu direito, o que é um fenômeno próprio da democracia. Mas hoje a litigiosidade da sociedade brasileira é das maiores do mundo. São 85 milhões de processos para 200 milhões de habitantes e 18 000 juízes. Até os juizados especiais para causas de menor valor perderam agilidade.

A saída para esse impasse passaria por restringir o número de processos em tramitação? Não. É preciso que o Judiciário se repense para comportar a cidadania em juízo. Não se podem limitar as possibilidades do cidadão para que ele caiba no Judiciário. E isso precisa ser feito com a quantidade de julgamentos que temos e com a qualidade que exigimos na sua apreciação, porque cada processo trata da vida de uma pessoa.

E eles são muitos no STF. Sim. A corte americana julga algumas centenas de processos, enquanto há quase 60 000 no STF. Outro dia eu julguei o caso de um furto de três barras de chocolate. Era necessário ter chegado ao STF? Se era, como proceder? Os juizes brasileiros trabalham muito. Desde que cheguei ao Supremo, há oito anos, não sei o que é ter um trabalho findo. Tenho 2 000 processos sob a minha relatoria. Se tiver de pedir algo ao cidadão brasileiro, eu pedirei misericórdia. É uma função difícil, e eu estou tentando acertar, mas sei que a demora na decisão sempre será maior que aquela que quem está esperando é capaz de aguentar. Guimarães Rosa dizia que sorte é merecer e ter alguma coisa. Digo que o brasileiro merece um país justo, e a sorte será sermos capazes de fazer um Brasil justo.

O Estado perdeu a capacidade de atender às expectativas da sociedade? Sem dúvida. Estamos maquiando um cadáver, um modelo de Estado que já morreu, da Revolução Francesa. Na campanha de 1919, Rui Barbosa fez um discurso em que conclamava o povo a não continuar a ser um Jeca Tatu, como dizia Monteiro Lobato em *Urupês*. Nestes 95 anos que se passaram, o povo brasileiro se levantou, pensou e gritou o que queria. Mas o Estado não fez a mudança tão rapidamente quanto se exigiu.

Um dos principais problemas das campanhas eleitorais é a “guerra suja” na internet. A senhora, que comandou o Tribunal Superior Eleitoral até o ano passado, acha que a Justiça

“Não tenho problema em mandar. Eu brinco que tudo o que as mulheres querem ouvir depois dos 50 anos não é ‘eu te amo’, mas ‘sim, senhora’. Se for possível escutar um ‘sim, senhora, eu te amo’, aí será maravilhoso”

tem instrumentos para combatê-la? A Justiça Eleitoral manda retirar do ar conteúdos quando se demonstra abuso ou fraude. O problema é que, quando esses conteúdos são retirados, já produziram efeitos.

Pode citar um exemplo? Nestas eleições, foi criada uma página supostamente de responsabilidade da campanha de Eduardo Campos. Mas ela entrou no ar antes do início do prazo permitido para a propaganda eleitoral. Na ocasião, nossa suposição foi que havia sido criada por adversários dele porque, caso um candidato não consiga comprovar que determinada postagem não tem nada a ver com ele, isso pode configurar, por exemplo, propaganda antecipada e gerar situações de inelegibilidade. Ainda não se encontrou um marco regulatório para a internet. Outra situação possível numa eleição: se “plantarem” algo que gere uma semente de informação falsa, teremos opções falsas e, por mais livre que seja a escolha, ela já estará fraudada. Esse é o perigo desse tipo de faroeste virtual.

A importância do marketing político tem crescido nas últimas campanhas. A senhora considera que há

uma valorização exagerada da imagem dos candidatos em detrimento das suas propostas? O presidente Itamar Franco dizia que, se alguém tivesse de lhe dizer como se pentear, ele deixaria de acreditar em si mesmo e não teria coragem de pedir votos ao eleitor. Vivemos em uma sociedade em que a imagem tem tido um valor maior que o da palavra. O eleitor vota no que ele viu e cobra o que não foi capaz de enxergar.

A eleição deste ano deve trazer algum avanço em relação às anteriores? Pela primeira vez, ultrapassamos o mínimo exigido por lei de candidatas mulheres. A lei prevê 30%, e temos 31%. Há ainda três candidatas a presidente da República, duas delas com chance de vencer. E, apesar de todos os preconceitos contra a mulher — e falo isso de cátedra —, o brasileiro vê o quadro com naturalidade.

Em que situação a senhora sentiu ter sofrido preconceito por ser mulher? Em diversas situações. O preconceito nem sempre se manifesta por gestos ou palavras, às vezes vem num olhar. Uma mulher que use, por exemplo, um carro oficial muitas vezes verá alguém ao lado lançar-lhe um olhar de reprovação, porque pensará que é uma dondoca, e não que detém um cargo. Lembro-me de uma vez em que, sem saber que eu era ministra do STF, um taxista falava mal de uma juíza da corte e concluiu: “Aquilo não é lugar para mulher”. E há os que não falam, mas pensam e demonstram esse pensamento, não conseguem segurá-lo. Já sofri e continuo sofrendo preconceito.

A senhora estudou em colégio de freira e já disse que passou muitos anos apenas obedecendo. Como se sente mandando agora? Não tenho problema em mandar. Eu brinco que tudo o que as mulheres querem ouvir depois dos 50 anos não é “eu te amo”, mas “sim, senhora”. Claro que também gostam de ouvir “eu te amo”. Mas, se for possível “sim, senhora, eu te amo”, aí será maravilhoso. ■